

# A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso

## Camila Dias

Professora adjunta e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC - UFABC. Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Graduada em Ciências Sociais pela USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV/USP.

 [camila.dias00@gmail.com](mailto:camila.dias00@gmail.com)

## Maria Gorete Marques

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Sociologia pela USP. Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP. Licenciada e graduada em Ciências Sociais pela USP.

Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV/USP.  [gorete.marques@gmail.com](mailto:gorete.marques@gmail.com)

## Ariadne Natal

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV/USP.  [ariadnenatal@gmail.com](mailto:ariadnenatal@gmail.com)

## Mariana Possas

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Doutora em Criminologia pela Universidade de Ottawa. Possui pós-doutorado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - NEV/USP. Mestre em Direito Penal e graduada em Ciências Sociais pela USP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

 [marianapossas@gmail.com](mailto:marianapossas@gmail.com)

## Caren Ruotti

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Sociologia pela USP. Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV/USP.

 [cauruotti@gmail.com](mailto:cauruotti@gmail.com)

### Resumo

Em 2012, o estado de São Paulo foi palco de um aumento significativo de assassinatos, veiculados semanalmente pela grande mídia, nem sempre com grande destaque. Dentre as vítimas estavam muitos policiais, que foram mortos em situações “fora do serviço”. Concomitantemente, em algumas regiões da periferia da Grande São Paulo, toques de recolher foram determinados. O objetivo deste trabalho é construir uma narrativa desses fatos, reunindo numa trama única e articulada, as mortes veiculadas pela mídia, de maneira desarticulada ou sugestivamente aleatória, as quais são a parte mais visível do período que estamos nomeando de “crise de 2012”. Realizamos um mapeamento das execuções de policiais e civis perpetradas no período de maio a dezembro de 2012. Diante da ausência de dados oficiais detalhados, optamos por realizar a coleta de informações a partir das notícias que foram divulgadas pela mídia a respeito dos crimes de homicídio durante o segundo semestre de 2012, com foco na região metropolitana de São Paulo.

### Palavras-Chave

Grupos de extermínio. Segurança pública. Violência policial. Mídia.

## INTRODUÇÃO

**E**m 2012, o estado de São Paulo foi o palco de um aumento significativo de assassinatos, veiculados semanalmente pela grande mídia, nem sempre com grande destaque. Entre as vítimas estavam muitos policiais, que foram mortos em situações “fora do serviço”. Concomitantemente, em algumas regiões da periferia da Grande São Paulo, toques de recolher foram determinados, para que os moradores não saíssem às ruas depois de determinado horário. Não se sabia ao certo, em muitas comunidades, se a ordem vinha da polícia ou do “crime”.

O objetivo deste trabalho é construir uma narrativa desses fatos, reunindo numa trama única e articulada as mortes veiculadas pela mídia de maneira desarticulada ou sugestivamente aleatória, as quais são a parte mais visível do período que aqui se nomeia “crise de 2012”. Assim, requalificam-se esses eventos, substituindo sua descrição mais comum – “homicídios” – por outro termo aqui julgado como mais adequado – “execuções” –, e considera-se a sequência de mortes que ocorreram na época como um “ciclo de execuções” alimentado alternadamente pela polícia e pelo “crime”.

Sob esse ponto de vista, este artigo visa descrever e analisar as dinâmicas que envolveram a prática de execuções na Região Metropolitana de São Paulo durante o segundo semestre

de 2012. Naquele momento, os números de homicídios aumentaram consideravelmente em relação ao mesmo período do ano anterior. Apenas na cidade de São Paulo, os homicídios cresceram 34% em 2012 (1.368 mortes em comparação a 1.019 em 2011, segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/SP). O estado de São Paulo também assistiu a um aumento significativo no número de mortes, que cresceu 15%.

Esses fatos vão na contramão da tendência consistente de redução dos homicídios no estado e na capital, consolidada a partir dos anos 2000. No estado de São Paulo, de 35,27 casos por 100 mil habitantes, em 1999, a taxa de homicídio diminuiu para 10,00/100 mil em 2011 (SSP/SP). Em 2012, no entanto, esse número cresceu para 11,51 e reduziu-se novamente em 2013 (10,49/100 mil). A análise das taxas de homicídios da capital paulista permite verificar a mesma tendência: em 2011, a taxa de casos por 100 mil habitantes era de 9,01. Em 2012, subiu para 12,4 e diminuiu novamente em 2013 para 10,8 (FÓRUM..., 2014). O que aconteceu então em 2012, quando estas taxas voltaram a subir depois de mais de 10 anos de decréscimo?

As execuções de policiais e civis perpetradas no período de maio a dezembro de 2012

foram mapeadas por meio de informações oferecidas pela mídia (jornais e sites de informação). Diante da ausência de dados oficiais detalhados, produzidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, pelo Poder Judiciário, ou por qualquer outro órgão público, optou-se por realizar a coleta de informações a partir das notícias que foram divulgadas pela mídia<sup>1</sup> a respeito dos crimes de homicídio durante o segundo semestre de 2012, com foco na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Entre as notícias que anunciavam a morte de policiais ou de civis, selecionaram-se aquelas que, pelas características da ação, indicariam uma execução (por exemplo, quando a pessoa foi morta e nada foi roubado, ou quando homens encapuzados atiraram e saíram correndo em seguida). É evidente que esse critério não é completamente seguro, dado que os casos ainda seriam investigados e eventualmente esclarecidos. Contudo, eram suficientes para o propósito deste texto que, em linhas gerais, pretende compreender o ciclo de violência de 2012 a partir de um mosaico constituído de fragmentos de informações.

Os eventos noticiados na mídia, ao lado de números fornecidos pela SSP/SP sobre a letalidade policial, conduzem à hipótese de que um ciclo de ação e reação entre policiais (sobretudo policiais militares) e civis, muitos possivelmente envolvidos com o grupo autodenominado Primeiro Comando da Capital (PCC), foi instalado na região, resultando em execuções de cidadãos de ambos os lados. Esse constituiria o *rearranjo* de uma situação descrita por Feltran como o “[estabelecimento de] relações rotineiras entre governo e crime em São Paulo, produzindo en-

tre eles um armistício, funcional para ambos, responsável pela estabilidade na tendência de redução dos homicídios no Estado até 2011” (FELTRAN, 2012). Em outras palavras, no período considerado, assistiu-se à desestabilização de “acordos de paz” construídos entre o PCC e a polícia durante a última década.

Por “execuções” compreendem-se atos cometidos por uma ou mais pessoas, que se organizam para matar um terceiro ou mais, constituindo assim “organizações para matar” (LEMOS-NELSON, 2006). Desse modo, o que distingue a “execução” dos outros tipos de homicídio, no modo de ver dos autores, é o fato de se tratar de uma ação necessariamente planejada, dirigida contra um alvo específico, e cuja motivação está essencialmente ligada a uma reação de um grupo, minimamente organizado.

Importante destacar que este texto é parte de uma pesquisa em andamento que visa compreender as dinâmicas de atuação de grupos de extermínio numa perspectiva comparativa, envolvendo o Estado de São Paulo e o Estado da Bahia. Conforme já mencionado, a perspectiva aqui é mais restrita e visa apenas reconstruir a narrativa da “crise de 2012” em São Paulo e analisar o ciclo de violência que ali se constituiu. Neste sentido, busca-se identificar elementos anteriores ao ano de 2012 que permitam compreender os encadeamentos dos fatos, bem como apontar os possíveis “gatilhos” do ciclo da violência ora em análise.

## FATOS E NÚMEROS

Na contramão da tendência de redução verificada na última década, o incremento significativo dos homicídios dolosos no Estado de

**Gráfico 1 – Homicídios dolosos**  
Estado de São Paulo, 2011-2013



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

São Paulo em 2012 expressa de forma óbvia e imediata a crise na segurança pública ocorrida naquele ano – sobretudo, mas não apenas, na capital e RMSP.

Segundo dados da SSP/SP<sup>2</sup>, em 2012 morreram no estado de São Paulo 82 policiais militares fora de serviço, mais do que o dobro do registrado ano anterior (37). No entanto, o número de policiais mortos em serviço não mudou muito. Em 2011 foram 16 e, em 2012, 14. O maior número de policiais mortos fora de serviço poderia significar um simples aumento nas taxas de latrocínio, por exemplo. No entanto, as notícias que saíram na mídia indicam que muitas dessas mortes ocorreram em circunstâncias que sugerem execuções.

Paralelamente, aumentou muito o número de pessoas mortas em confronto com a Polícia Militar: 546, em 2012, em comparação a 438, em 2011 (FÓRUM..., 2013). Esses números indicam que algo aconteceu em relação à dinâmica da ação policial naquele ano. Ou os policiais se envolveram em mais situações

em que o confronto armado foi necessário, ou mais pessoas foram mortas durante os eventos. De qualquer maneira, esse aumento indica que mais violência foi usada em ações policiais.

### *Mortes de policiais*

De acordo com os dados coletados nos jornais, entre maio e dezembro de 2012, 44 policiais foram mortos na Grande São Paulo, em situações que sugerem a prática de execuções (Tabela 1). Nesse período, outras mortes de policiais foram relatadas, mas a mídia as descreveu como roubos que terminaram com a morte da vítima (latrocínio). Dessa forma, esses casos não compõem os números ora apresentados, o que não significa que não possam ter sido também execuções.

As ações de execução dos policiais apresentaram, na maioria dos casos, um *modus operandi* muito similar, o qual se descreve a seguir, a partir de suas características principais:

- **vítima:** o policial, geralmente militar, fora do horário de serviço (de folga ou no “bico”);

- **autores:** dois ou três homens, todos encapuzados (“touca ninja”). Eles fazem a abordagem em uma moto ou em um carro em movimento;
- **local do crime:** próximo à residência do policial, quando chegava em casa ou quando saía, o que indica que os assassinos tinham informação do local de moradia da vítima. Outros casos ocorreram no estabelecimento comercial em que a vítima realizava o “bico”;
- **arma:** na cena do crime geralmente foram apreendidas munições de fuzil (calibre 556) ou calibre 9mm ou pistola calibre 380. Em vários casos, a vítima recebeu mais de cinco tiros.

Essas características levam a concluir que quem matou os policiais tinha a informação de onde moravam ou onde trabalhavam, e que parece ter havido um “planejamento” para a execução (sabiam a hora em que o policial chegava em casa ou o período em que trabalhava no “bico”). A maioria dos policiais mortos foi executada fora do horário de trabalho, o que indica que quem os matou sabia os dias em que as vítimas estariam de folga. Em outras palavras, havia um alvo e uma estratégia para a execução.

### *Mortes de civis*

De acordo com as notícias veiculadas pela mídia, entre abril e dezembro de 2012, 406

**Tabela 1 – Número de policiais mortos com características de execução  
Região Metropolitana de São Paulo, 2012**

Mês	Polícia Militar	Polícia Civil	GCM	TOTAL
Maio	1	0	0	1
Junho	6	0	0	6
Julho	3	0	0	3
Agosto	5	2	0	7
Setembro	5	0	0	5
Outubro	9	1	0	10
Novembro	5	1	1	7
Dezembro	5	0	0	5
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>44</b>

Fonte: Levantamento de material da imprensa.

civis (não policiais ou agentes penitenciários) foram atingidos por disparos de armas de fogo e, entre eles, 255 morreram, fruto de ações “estilo execução”.

Da mesma maneira que para as mortes dos policiais, identificaram-se as características mais marcantes do *modus operandi* dessas ações:

- **vítimas:** jovens moradores das periferias. Na maioria dos casos os autores dos homicídios atiraram contra várias pessoas. Algumas vítimas apresentavam antecedentes criminais, mas a maioria delas não;
- **autores:** dois homens em uma moto (de roupas escuras e toucas ninjas).

Em alguns casos, duas motos participaram da ação;

- **local do crime:** vias públicas, próximas a residências ou a um bar/estabelecimento comercial, normalmente perto de regiões onde ocorreram execuções de policiais;
- **arma:** cápsulas encontradas eram de armas calibre 45 e 40, ambas de uso restrito de forças de segurança.

As chacinas começaram a acontecer especialmente após a intensificação das execuções de policiais, em locais próximos a regiões onde policiais haviam sido mortos e em datas muito próximas à ocorrência. Aparentemente as exe-

**Tabela 2 – Número de civis mortos e feridos**  
Região Metropolitana de São Paulo, 2012

Mês	Feridas	Mortas	Total
Abril	3	1	4
Maio	0	6	6
Junho	0	11	11
Julho	10	24	34
Agosto	2	6	8
Setembro	5	6	11
Outubro	32	78	110
Novembro	94	118	212
Dezembro	5	5	10
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>255</b>	<b>406</b>

Fonte: Levantamento de material da imprensa.

**A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso**  
Camilla Dias, Maria Gorete Marques, Afrodine Natal, Mariana Possas e Caren Ruotti

cuções não tinham um planejamento apurado, um alvo certo e específico, qualquer um podia ser alvo da execução. Os tiros eram dirigidos a grupos de pessoas em vias públicas e a ação parecia funcionar a partir de um mecanismo simbólico, em que a compreensão sobre os fatos, seus autores e vítimas estava suposta. Um sentido não explícito, inscrito numa lógica em que as mortes, para além de sua trágica objetividade, sinalizavam também a ameaça de vingança sobre toda a população local. Suspeita-se que as ações eram “improvisadas” e contavam com a participação de policiais.

Da mesma maneira que na contabilidade das mortes de policiais, consideram-se aqui apenas aqueles casos que foram descritos pela mídia com as características mencionadas. Muitas outras mortes ocorreram no período, mas aparentemente motivadas por propósitos diferentes (roubos, sequestros, crimes passionais, brigas de trânsito, entre outros). Em geral não havia informações precisas sobre o gênero das vítimas, embora quando esse aspecto foi mencionado, as pessoas envolvidas eram majoritariamente homens.

### INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS

Pelas características peculiares da “crise de 2012” torna-se difícil identificar o momento exato de seu início, bem como do seu término. Retrospectivamente, a reversão da tendência de redução nas taxas de homicídios verificadas em São Paulo nos últimos anos em si mesma indica a presença de fatores de desestabilização que permitem falar em “crise”, contudo, as suas dimensões e os seus contornos só podem ser compreendidos a partir de uma análise qualitativa desses acontecimentos e pela reconsti-

tuição de ações, decisões e fatos ocorridos nos seus bastidores. Ou seja, a compreensão da espiral de violência que caracterizou o episódio chamado aqui de “crise de 2012” deve ser buscada a partir do contexto social e político que antecedeu a sua deflagração.

#### *Os atores em cena*

Para melhor compreender a crise na segurança pública de 2012, faz-se necessário um breve relato sobre alguns atores que desempenharam papel central nessa dinâmica.

O autodenominado grupo Primeiro Comando da Capital (PCC) foi criado dentro de uma unidade prisional de segurança máxima em São Paulo em 1993<sup>3</sup>. Num contexto social e político marcado por graves e seguidos episódios de violência institucional, sobretudo por meio de ações da Polícia Militar dentro e fora das prisões, o PCC surgiu como um coletivo de presos cujos principais objetivos eram a denúncia das violações cometidas pela administração prisional e o apelo à união da massa carcerária como forma de se contrapor às arbitrariedades do Estado (DIAS, 2013).

Nesses 21 anos de existência, o PCC passou por inúmeras transformações internas e mudanças no que diz respeito às atividades ilícitas nas quais tem participação. Da mesma forma, nesse período, a relação do PCC com o governo estadual alternou momentos de estabilidade e de instabilidade, estes últimos caracterizados por eclosões de violência, ruptura da ordem e aumento do sentimento de insegurança na população paulista (DIAS, 2013). Entre os momentos de ruptura ocorridos nos últimos 20 anos em que o PCC ocupou o papel

de protagonista – ao lado das forças de segurança do Estado – destacam-se três.

- **Megarrebelião de 2001:** episódio que publicizou a existência do PCC para além dos muros das prisões e inaugurou essa modalidade de ação coletiva de presos, marcada por rebeliões simultâneas e articuladas, que atingiram 29 unidades prisionais do estado de São Paulo.
- **Ataques de maio de 2006:** considerada a maior crise da segurança pública paulista, a série de ataques contras as forças de segurança do estado de São Paulo e a alvos civis (bancos, ônibus, carros, agências revendedoras de automóveis) explicitou que passados cinco anos da primeira megarrebelião, o PCC se fortaleceu, cresceu para além dos muros das prisões e se consolidou no “mundo do crime” em São Paulo. Diferentemente da crise de 2001, desta vez as rebeliões prisionais foram acompanhadas de centenas de ataques nas ruas com cerca de 40 pessoas assassinadas pelo PCC (entre policiais militares, policiais civis e agentes penitenciários), o que provocou uma onda de pânico na cidade de São Paulo, que a deixou praticamente paralisada nos dias de ataques. Além disso, a reação do aparato de segurança do Estado deixou um saldo de mais de quatro centenas de mortos, muitos dos quais com fortes evidências de execução sumária<sup>4</sup>.
- **Crise de 2012:** teve como foco uma “guerra” entre a Polícia Militar de São Paulo e o PCC, que produziu um elevado

número de policiais militares assassinados (muitos dos quais com características claras de execução), o crescimento de chacinas e execuções sumárias no estado de São Paulo, sobretudo na capital e região metropolitana, e a reversão na diminuição das taxas de homicídio do estado, tendência que se apresentava há mais de dez anos. Diferentemente do episódio de 2006, neste caso, a crise se prolongou durante boa parte do ano e se caracterizou pela dispersão e fragmentação dos ataques, em contraposição à concentração dos ataques em alguns poucos dias em 2006.

Neste sentido, é importante considerar a constituição do PCC como ator político que, mesmo não legitimado pelo Estado, tem sido decisivo nas decisões e ações políticas efetivadas na área da segurança pública de São Paulo, dentro e fora do sistema carcerário (DIAS, 2009, 2012). A dimensão ideológica apresenta um componente político vinculado essencialmente à experiência do encarceramento e aos contatos desses indivíduos com as polícias e é fundamental para compreender ações que escapam à lógica econômica, da busca pelo lucro por meio dos negócios ilícitos (DIAS, 2013). O sentimento de ódio em relação à Polícia Militar constitui-se como o conteúdo básico dessa dimensão ideológica e confere motivação para a execução de ações cujo significado só pode ser compreendido a partir desse eixo de análise.

Do outro lado da cena, estão os atores estatais. Em março de 2009, em meio a uma série de escândalos envolvendo policiais civis próximos a membros da cúpula da segurança pública paulista, Antonio Ferreira Pinto (AFP) – que

era titular da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) – assumiu o comando da SSP. Promotor de Justiça, ex-oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo e portador da fama de “inocorrível”, AFP adotou um forte discurso contra a corrupção policial e tomou uma série de medidas com vistas a aumentar o controle sobre as atividades da Polícia Civil. Explicitando desde o início de sua gestão uma maior confiança no trabalho da Polícia Militar, AFP esvaziou a Polícia Civil, notadamente o Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) – órgão que centralizava as investigações sobre o PCC e sobre o qual recaíam numerosas denúncias de corrupção, que iam desde venda de informações sigilosas até o sequestro de parentes de presidiários com a finalidade de extorsão.

Neste contexto, a gestão de AFP foi marcada pelo fortalecimento da Polícia Militar, particularmente das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), a quem foi transferida a atribuição de combate ao PCC. Em maio de 2009, AFP nomeou o Tenente-Coronel Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada para o comando da Rota, o qual tomou posse com um discurso de fortalecer o batalhão e colocá-lo no centro das operações de combate à criminalidade organizada. De acordo com o discurso do então SSP, AFP: “Há que se ter atitude, bem por isso, esta data é significativa e tem tudo para ser um marco” (NANI; AMARO, 2009). Pelos acontecimentos que se sucederam, ele tinha toda razão<sup>5</sup>.

Embora as atribuições de polícia investigativa sejam prerrogativa da Polícia Civil, nesta gestão a PM desempenhou papel central no enfrentamento ao PCC – o que, por uma série de fatores que não serão retomados aqui,

tornou-se prioridade na administração de AFP<sup>6</sup>. Os dados coletados indicam que a Polícia Militar passou a atuar em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, por meio de métodos de investigação bastante obscuros, mas que pareciam ter como base interceptações telefônicas (supostamente com autorização judicial) de presos ligados ao PCC, sobretudo os presos da Penitenciária de Presidente Venceslau II, que concentra os membros considerados mais importantes dentro da estrutura da organização.

Ainda em 2009, a operacionalização do Sistema Guardião – de escutas telefônicas – foi transferida da Polícia Civil à Militar. Apenas em 2013 admitiu-se publicamente a existência de uma central de interceptação localizada na sede do comando da PM de Presidente Prudente e que funcionaria sob a responsabilidade do MP de São Paulo. Ao que tudo indica, vigorou uma forma de investigação, para dizer o mínimo, heterodoxa, em que o MP atuava ao lado da PM e com o absoluto afastamento da Polícia Civil. Além da heterodoxia no que diz respeito à sua composição, muitas das ações que parecem ter sido deflagradas a partir dessas escutas acabaram com uma intervenção da PM – em muitos casos, da Rota – com um elevado número de suspeitos mortos<sup>7</sup>.

As escolhas políticas dessa gestão – que envolviam a definição de prioridades, os protagonistas das ações, as estratégias e os mecanismos de enfrentamento – provocaram uma multiplicidade de efeitos e (re)arranjos no campo da segurança pública paulista, entre os quais destaca-se a ampliação da rivalidade e do conflito entre

a Polícia Civil e a Polícia Militar e a ruptura do frágil equilíbrio que envolve a relação entre o PCC e as forças de segurança do estado. Neste texto, apenas o último ponto será focalizado.

O fortalecimento e o protagonismo da Polícia Militar durante a gestão de AFP ampliaram os confrontos violentos com suspeitos de praticar crimes. Ademais, o uso das interceptações telefônicas parecem ter sido a ferramenta básica das investigações policiais durante esse período. Ao que tudo indica, em alguns casos, as informações obtidas através das conversas interceptadas eram repassadas para a Polícia Militar (PM), especialmente para a Rota, que as utilizava para planejar as ações de combate ao PCC.

### *Eventos relevantes*

Três ocorrências, situadas no contexto das mudanças políticas descritas, provavelmente funcionaram como “gatilhos” deflagradores da crise de 2012.

Ainda em maio de 2011, policiais da Rota invadiram um sítio em Itatiba, onde integrantes do PCC estavam reunidos, e no confronto, morreram três indivíduos, entre os quais um importante líder do PCC, conhecido como “Teia” ou “Bocão”. Essa ação ocorreu na sequência de uma série de mortes de indivíduos importantes dentro do PCC em confronto com a PM, notadamente a Rota, e tudo indica que essa sequência pode explicar a alteração do estatuto do PCC em agosto do mesmo ano, com a inclusão do artigo 18 e que será abordado adiante.

O segundo caso ocorreu em na noite de 28 de maio de 2012, quando seis homens foram

mortos em um lava-rápido na Penha, zona leste de São Paulo. Segundo a versão oficial, a Rota teria recebido uma denúncia anônima de que um grupo formado por integrantes do PCC estaria reunido para planejar o resgate de um preso. Ao todo, 24 policiais em 6 viaturas atenderam a ocorrência, teria havido confronto e, como resultado, seis homens foram mortos, três pessoas foram presas, cinco pessoas fugiram, nenhum policial ficou ferido e nenhuma viatura foi atingida. Após a ação, três policiais da Rota foram presos sob a suspeita de espancar e matar Anderson Minhano, uma das vítimas do lava-rápido. Na versão dos policiais, Anderson foi socorrido após ser atingido no lava-rápido e morreu a caminho do hospital, no entanto, uma testemunha (IMAGEM..., 2012) ligou para o 190 denunciando policiais militares que pararam uma viatura às margens da Rodovia Ayrton Senna onde agrediram e atiraram no homem que transportavam<sup>8</sup>. Dias após a ação, a direção da Penitenciária de Presidente Venceslau interceptou uma carta na qual Roberto Soriano (Betinho Tiriça), um dos líderes do PCC, cita o nome dos policiais da Rota envolvidos na ação, pede para que sejam levantadas informações sobre eles (GODOY; CARDOSO, 2012) e menciona atentados contra policiais (CARAMANTE, 2012).

O terceiro caso ocorreu em 11 de setembro de 2012, quando mais uma vez a Polícia Militar teria recebido uma denúncia anônima de que integrantes do PCC estariam reunidos para julgar um homem acusado de estupro, em uma chácara, na cidade de Várzea Grande Paulista. Segundo a versão apresentada pela polícia, cerca de 45 policiais foram destacados para a ação e realizaram simultaneamente

abordagens dentro e fora da chácara, seguida por uma troca de tiros que deixou um saldo de nove civis mortos, cinco civis presos, além da apreensão de armas e drogas, ao passo que nenhum policial foi ferido e nenhum carro da polícia atingido pelos disparos. No dia seguinte a esta ocorrência, o governador Geraldo Alckmin foi questionado pela imprensa a respeito da alta letalidade da ação e respondeu que “quem não reagiu está vivo”, ou seja, de acordo com o governador, a ação da polícia foi legítima e apenas teriam sido mortos os homens que entraram em confronto com os policiais (CAVALANTI et al., 2012). No entanto, o boletim de ocorrência aponta que houve excesso na ação policial, pois os policiais teriam disparado 61 tiros, ao passo em que com os ocupantes da chácara foram encontradas apenas duas armas com cápsulas deflagradas, indicando que apenas duas pessoas teriam efetivamente reagido, apesar de nove terem morrido (B.O. DESMENTE..., 2012).

Segundo a versão oficial divulgada à época, os dois episódios teriam sido iniciados a partir de denúncias feitas diretamente à Rota por meio de ligações anônimas, contendo dados acurados sobre ações do PCC. No entanto, a precisão dos denunciadores, o tamanho e as características do aparato de segurança mobilizado e deslocado em tão pouco tempo para atender a uma denúncia anônima já levantavam a desconfiança de que a versão oficial era, no mínimo, parcial.

Em entrevista recente (SALVADORI; CARDOSO, 2014), o então secretário de segurança pública AFP confirmou que as escutas de monitoramento de membros do crime or-

ganizado foram feitas pela Polícia Militar em parceria com o Ministério Público, com autorização judicial, admitindo ainda que a Polícia Civil havia sido deliberadamente deixada de fora destas ações. Como afirmado anteriormente, a recente entrevista do ex-secretário confirma aquilo que foi negado pelas autoridades da área de segurança em São Paulo durante muito tempo: que muitas das ações envolvendo a Polícia Militar e, especialmente a Rota, eram conhecidas previamente por dados provenientes de interceptações telefônicas (portanto, não de denúncias anônimas).

Nos três casos relatados, a antecedência das informações obtidas por meio de escutas telefônicas permitiria agir para evitar confrontos e mortes, utilizando as informações para levantar provas, identificar e prender os suspeitos, evitar os crimes que supostamente estavam sendo planejados. No entanto, a Secretaria de Segurança Pública optou por acionar a Rota, grupamento conhecido por sua violência e alta letalidade, o que resultou em ações que foram chamadas de confrontos, mas em que não se registraram policiais feridos, a despeito do expressivo número de civis mortos, o que indica desproporcionalidade<sup>9</sup> e uso excessivo da força.

### *Estatuto do PCC*

Tais episódios acirraram a tensão entre a polícia e o PCC e foram seguidos por numerosos atentados a policiais e ataques a bases policiais. Por meses a SSP negou<sup>10</sup> oficialmente que policiais estivessem deliberadamente sendo atacados em horário de folga a mando da facção, embora extraoficialmente os próprios agentes policiais relatem que a situação não era de normalidade, pois recebiam orientações para ficar

de sobreaviso (SABOYA, 2012), além de enfrentarem medo e serem obrigados a alterar a rotina para se protegerem (MEDO..., 2012).

A dinâmica de violência e vingança que se seguiu à série de intervenções violentas da PM pode ser compreendida por meio do exame de um dos itens incorporados a um novo estatuto produzido pelo PCC provavelmente em 2011 e no mesmo ano difundido dentro e fora do sistema prisional de São Paulo e de outros estados onde o PCC estava presente<sup>11</sup>. Uma das expressões empíricas da forma como o sentimento de ódio em relação às polícias pode se converter em motivação para a ação coletiva organizada está no último artigo do novo estatuto criado no ano em que a facção completou 18 anos de existência<sup>12</sup>. O item 18 do estatuto diz o seguinte:

18. Todo integrante tem o dever de agir com serenidade em cima de opressões, assassinatos e covardia realizados por agentes penitenciários, policiais civis e militares e contra a máquina opressora do Estado. Quando algum ato de covardia, extermínio de vida, extorsões que forem comprovadas estiverem ocorrendo nas ruas ou nas cadeias por parte de nossos inimigos daremos uma resposta à altura do crime. Se alguma vida for tirada com esses mecanismos pelos nossos inimigos, os integrantes do Comando que estiverem cadastrados na quebrada do ocorrido deverão se unir e dar o mesmo tratamento que eles merecem. Vida se paga com vida e sangue se paga com sangue<sup>13</sup>.

No trecho anterior fica clara a diretriz que obriga os integrantes do PCC a promoverem ações de retaliação aos agentes estatais que agissem “na covardia”. No caso de policiais

militares, isso significava a execução sumária de criminosos já rendidos, desarmados ou em emboscadas<sup>14</sup>.

Como se vê, o estatuto do PCC de 2011 já continha o elemento que prenunciava a deflagração da crise ora estudada. A gestão da segurança pública paulista seguia apostando na atuação altamente repressiva da PM e nas estratégias de confronto direto como forma de combate ao PCC. As condições para a erupção da crise já estavam dadas por meio da constituição de um cenário marcado por forte tensão e por uma ideologia de ódio impulsionando as ações de ambos os lados do conflito. Faltava, apenas, um fator a disparar o conflito aberto e explícito. E ele não tardaria a ocorrer.

Em outubro de 2012 foi apreendida na favela de Paraisópolis uma carta datada de agosto do mesmo ano e endereçada a todos os membros do PCC (“Salve Geral”). Ela condenava as ações da Rota (classificadas como covardes) e determinava a obrigatoriedade de reação nos casos de execução de membros da facção. Cópias do documento circularam dentro e fora dos presídios, e estabelecia que para cada membro do grupo executado pela polícia, dois policiais da mesma corporação deveriam ser mortos “pois sangue derramado se cobra do mesmo modo” (EM gravações..., 2012). A mensagem foi encontrada com diversos outros documentos, incluindo uma lista com nomes de policiais e suas informações pessoais. A carta instituiu ainda que as mortes dos policiais deveriam acontecer em um prazo máximo de dez dias, além de indicar que a reação obedeceria a uma organização territorial, ou seja, deveriam ser mortos policiais nas

mesmas regiões onde ocorreram as ações classificadas como covardes, e os líderes de cada região (chamados de sintonia) deveriam ser apontados como responsáveis pela vingança.

### *Ciclo de retaliações*

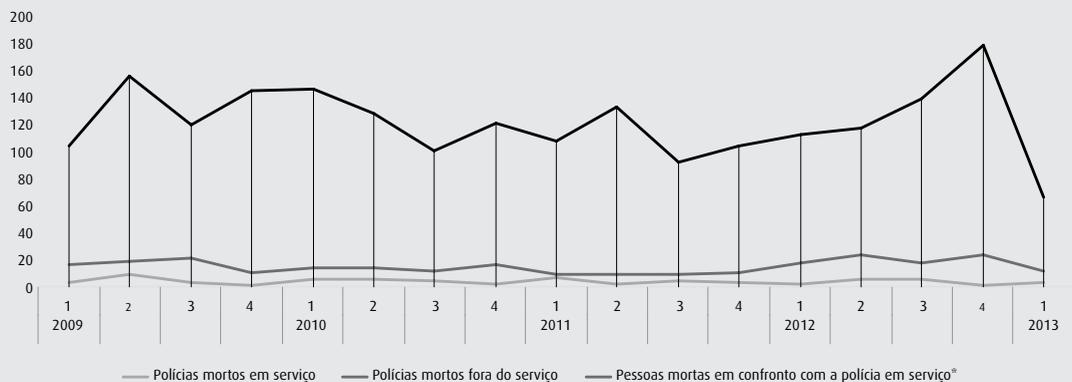
O impacto da mensagem pode ser observado nos dados oficiais sobre policiais mortos (Gráfico 1). Em 2012 foram mortos 96 policiais militares no estado de São Paulo (14 durante o serviço e 82 fora de serviço), enquanto no ano anterior haviam sido mortos 53 policiais (16 em serviço e 37 fora de serviço). Estes números apontam que a alta de mais de 80% de mortes entre um ano e outro se concentraram nos casos de policiais mortos fora de serviço (que tiveram um aumento de 120%), ao passo que os casos de policiais mortos durante o serviço se mantiveram estáveis entre os dois anos. Os dados mostram ainda que, a despeito

da crise entre policiais e civis ter sido alardeada pelos jornais a partir do segundo semestre daquele ano, o número de policiais mortos não se concentrou em apenas um período, mas permaneceu relativamente equilibrado em todos os trimestres de 2012, o que indica que os ataques a policiais já vinham acontecendo mesmo antes da divulgação da carta.

No entanto, a partir da divulgação da carta em outubro (que chegou à imprensa e foi afixada em batalhões da polícia), o conflito que era latente foi deflagrado e a situação se agravou. Revoltados com a exposição e falta de resposta do Estado, policiais organizaram manifestações e alguns juraram vingança pelos colegas mortos e pelas ameaças sofridas.

Os mesmos dados oficiais (Gráfico 2) apontam que, no estado de São Paulo, o número de

**Gráfico 2 – Ocorrências envolvendo policiais militares**  
Estado de São Paulo, 2009-2013



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

peças mortas pela Polícia Militar durante o serviço aumentou cerca de 24%, passando de 437, em 2011, para 546, em 2012. O maior volume de casos se concentrou principalmente no segundo semestre, a partir da deflagração da crise, e a maior alta ocorreu no quarto trimestre de 2012, quando 178 pessoas foram mortas pela polícia, um aumento de 70% com relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram registrados 104 casos.

A seguir, dois casos ilustrativos do “ciclo de retaliações” são descritos a partir dos relatos encontrados nas notícias de jornal coletadas.

### **CASO 1 – ZONA NORTE**

#### ***Ação:***

Em 23 de julho de 2012, o PM Anderson Andrade de Sales, soldado da Rota, foi baleado na frente de sua casa na zona norte. Sales estava sozinho em seu carro, quando teria sido fechado por outro carro, com aproximadamente quatro homens armados que teriam descido do carro, baleado o PM e fugido em seguida. Tudo indica que os envolvidos na ação tinham informações sobre o local de moradia do PM, bem como sobre seu veículo, ou teriam seguido o policial até sua residência.

#### ***Reação:***

Em 25 e 26 de julho, ocorreram execuções em três locais diferentes da zona norte de São Paulo, sendo que um deles – onde três pessoas foram mortas – ficava a cerca de 300 metros do ponto onde o PM Anderson Andrade Sales fora atingido. Os outros dois crimes foram cometidos entre os bairros do Jaçanã e Tremembé. Nas execuções de 25 de julho, cinco pesso-

as jogavam baralho em um lava-rápido quando dois homens armados chegaram e efetuaram diversos disparos. Os autores dos tiros estavam encapuzados, e fugiram em uma moto. Em 26 de julho, três homens foram encontrados mortos com ferimentos de bala.

### **CASO 2 – ZONA OESTE**

#### ***Ação:***

Em 27 de setembro de 2012, o policial da Rota André Peres de Carvalho, de 40 anos, foi executado com três tiros de fuzil, pelas costas, ao sair de sua casa pela manhã, no Butantã, zona oeste de São Paulo. Ele teria sido surpreendido por dois homens encapuzados em uma moto, por volta das 5h50. Na comunidade da Rota no Facebook, relatos juravam vingança. “Na Rota não tem tempo para luto. Antes do enterro do amigo vai começar o velório do inimigo”, dizia uma mensagem.

#### ***Reação:***

Em 3 de outubro, Alex Claudino dos Santos, acusado de ser líder do PCC, foi morto pela Rota na zona norte. Essa morte, de acordo com o noticiário e investigações da época, tinha relação com a do policial André Peres de Carvalho. Alex fora morto por policiais do grupo da Rota em Pirituba, na zona norte, depois de supostamente resistir à prisão.

#### ***Resposta do governo estadual***

A escalada de violência gerou pânico nas periferias da cidade, onde as pessoas passaram a evitar as ruas no período noturno, e uma onda de medo foi largamente divulgada pela imprensa. Aumentaram as pressões sobre o governo estadual, acusado de não ser capaz

de controlar a ação dos policiais, e, em 21 de novembro de 2012, o secretário que tinha um perfil pró-confronto foi substituído por Fernando Grella, ex-procurador geral de justiça, que entrou no cargo com um discurso de controle do uso da força: “É preciso desfazer a noção equivocada de que o combate ao crime organizado e os direitos humanos são excludentes. Não são” (TOMAZ, 2012).

Após pouco mais de mês no cargo, Fernando Grella tomou medidas para reduzir os índices de letalidade policial. Duas se destacaram: em primeiro lugar, as mortes provocadas por policiais militares deixaram de ser registradas como “resistência seguida de morte” – descrição que antecipava a culpa da vítima e a inocência do policial – e passaram a ser “morte decorrente de intervenção policial”, portanto, sujeita a investigação para esclarecimento da sua natureza e das condições de ocorrência. Em segundo lugar, o secretário editou uma resolução que proibia os policiais militares de remover as vítimas atingidas por disparos de armas de fogo e os orientava a chamar o serviço de atendimento móvel (Samu), evitando assim mortes suspeitas e alterações nas cenas de crime. Para além dos seus efeitos práticos, tais medidas pareciam sinalizar que o recém-empossado secretário seria menos tolerante com os abusos e arbitrariedades praticados por policiais militares, atitudes exacerbadas nos últimos meses de 2012.

As tendências observadas no Gráfico 1 (decréscimo no número de mortos pela polícia) e no Gráfico 2 (redução dos homicídios) indicam que essas medidas tiveram um impacto significativo no que diz respeito ao padrão de atuação

das polícias, notadamente a Polícia Militar, o que, por sua vez, produziu efeitos de estabilização nas dinâmicas dos homicídios em geral, fazendo com que as taxas retornassem ao patamar anterior. Segundo a socióloga Silvia Ramos,

Num único mês (maio de 2013) da gestão do novo secretário de Segurança, Fernando Grella, as mortes por intervenção policial caíram 84% na capital. No total de um ano, comparando 2012 com 2013 em todo o Estado de São Paulo, houve 39% de redução: em 2012, policiais militares mataram 546 pessoas em confrontos, no ano seguinte foram 335 (CARAMANTE, 2014).

## APONTAMENTOS FINAIS

O estudo de caso envolvendo a análise do evento que foi denominado “crise de 2012”, cujos aspectos centrais foram apresentados aqui, permite propor três reflexões. A primeira delas relaciona-se à importância da construção narrativa no âmbito dos discursos ligados à segurança pública e aos sentidos que são atribuídos a essa narrativa. Relatar os fatos focalizados neste artigo como mortes esparsas, sem qualquer conexão entre si, sem ligação com o PCC e, sobretudo, sem conexão com diretrizes internas (mais ou menos explícitas) da polícia e da gestão da segurança pública pelo governo estadual (suas escolhas, prioridades, procedimentos e mecanismos) é contar uma versão da realidade simplificada e descontextualizada, de maneira comparável às histórias contadas às crianças sobre mocinhos e bandidos.

A segunda reflexão relaciona-se à polícia e ao modo como ela participou desse episódio, em especial quanto à centralidade dos sinais emitidos por autoridades políticas no campo da segurança pública – secretário de Estado e governador – e suas

consequências em termos do comportamento das forças policiais. Esse aspecto envolve o questionamento de algumas ideias recorrentes no campo, por exemplo, de que as polícias não obedecem a um comando e de que são incontrolláveis. A perspectiva aqui proposta permite convergir para a análise de Silvia Ramos: “Para quem olha essa história a partir do que ocorre no Rio de Janeiro, o que dá para dizer é que as mortes provocadas pela polícia são extremamente sensíveis a comandos. A simples mudança do secretário fez as mortes por intervenção policial despencarem” (CARAMANTE, 2014).

Pode-se, contudo, ampliar essa perspectiva em favor de uma análise mais complexa que envolva aspectos das políticas de segurança pública – como os discursos de autoridades e dos comandos das polícias, bem como medidas para conter a violência policial – e os efeitos que essas medidas podem provocar na dinâmica criminal: no sentido da estabilização ou na produção de rupturas. Considera-se, ainda, que as ações de policiais militares, em serviço ou não, vinculadas a uma perspectiva que considere o campo da segurança privada – e as relações um tanto obscuras estabelecidas com a segurança pública –, bem como as tensões e disputas entre as polícias militar e civil, igualmente constituem elementos centrais na dinâmica dos processos aqui analisados.

A terceira reflexão remete ao velho e conhecido problema dos limites da ação da polícia. A grande norma orientadora dos

limites da ação é obviamente o direito. Ele diz o que o policial não pode fazer, como matar (salvo nos casos muito específicos de legítima defesa). Esse é o princípio básico do Estado de direito: todo mundo tem que obedecer ao direito, inclusive a política (LUHMANN, 1990). E aqui considera-se a polícia como uma instituição do sistema político, no sentido de que a lógica que rege a polícia é a do poder, que se expressa no código de comunicação, governante/governados, governo/oposição. Possas e Rocha (2014) distinguiram o Estado de direito em duas dimensões: igualdade de submissão à lei e igualdade de aplicação da lei. Aqui há um problema com a dimensão da “igualdade de submissão à lei”, visto que a polícia não parece estar igualmente submetida aos limites do direito. Ela parece pertencer a uma “zona franca”, em que certas regras não têm vigência. A polícia que mata sempre pode ser interpretada do ponto de vista da cultura do uso da violência fatal, da desvalorização do “criminoso”, etc. Mas também do ponto de vista de um problema de configuração do Estado de direito no Brasil (ADORNO; DIAS, 2014) Neste texto, apenas se anunciou essa perspectiva analítica, sem aprofundá-la. Ela deverá ser um dos eixos norteadores do desenvolvimento da pesquisa para uma interpretação mais geral da dinâmica de formação e atuação de grupos de extermínio, para além do estudo de caso aqui realizado.

**A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso**

Camilla Dias, Maria Gorete Marques, Aíradine Natal, Mariana Possas e Caren Ruotti

1. *Jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo.*
2. *Os dados sobre policiais mortos em serviço e fora de serviço não são publicados regularmente pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e foram obtidos por meio de petição realizada por ofício, com base na Lei de Acesso à Informação.*
3. *Não há condições de recuperar neste espaço a história do surgimento e expansão do PCC em São Paulo. Para isso, sugere-se a leitura de Jozino (2004), Souza (2006, 2007) e Dias (2013).*
4. *Para uma análise deste episódio, ver Adorno & Salla (2007) e Caros Amigos (2006).*
5. *Recontar essa história é uma tarefa complexa, mas tendo em vista o objetivo deste texto e as limitações de espaço, considera-se a chegada de Antonio Ferreira Pinto (AFP) ao comando da Secretaria de Segurança Pública (SSP) o marco inicial da reconstituição dos antecedentes da “crise de 2012”.*
6. *Para uma descrição detalhada dos bastidores desse contexto político, ver Jozino (2012).*
7. *O depoimento de um coronel da PM, seguido de denúncias da presidente de uma Associação de Delegados da Polícia Civil de São Paulo e de declarações confirmatórias de membros do Ministério Público e do ex-SSP de São Paulo evidenciam o imbróglio e reforçam a obscuridade e os paradoxos dos procedimentos investigatórios postos em prática pelo governo paulista neste período, com a participação direta do Ministério Público Estadual. Ver, por exemplo, Quadros (2013).*
8. *Os policiais envolvidos na ação foram julgados em novembro de 2012 e absolvidos pelo tribunal do júri em um julgamento que correu em segredo de justiça. O Ministério Público conseguiu a anulação daquele júri e, em novo julgamento realizado em maio de 2014, os policiais foram novamente absolvidos.*
9. *Chevigny (1995) aponta que as ações policiais que resultam em número de civis mortos superior ao número de feridos e aquelas nas quais há grande diferença entre o número de civis e policiais atingidos não apontam a ocorrência de confronto, mas dão sinais de ações desproporcionais por parte da polícia com mortes intencionais.*
10. *Em julho de 2012, quando questionado se a polícia estaria sendo vítima de uma onda de ataques, AFP negou que existisse um plano orquestrado para atingir a polícia e classificou estes casos como isolados e pontuais, contingências da atividade da polícia militar, uma atividade de alto risco e que no combate ao crime interviria em conflitos e assim criaria desafetos. A esse respeito, ver Vannuchi e Azevedo (2012).*
11. *No fim de 2011, os autores tiveram acesso a duas versões do novo estatuto do PCC que haviam sido encontradas em locais diferentes: uma delas na região de Presidente Prudente, em São Paulo, e a outra no Paraná. Em que pese a grafia e os erros de ortografia diferentes – e abundantes – em cada uma das duas versões, o seu conteúdo é exatamente igual.*
12. *O PCC teve um primeiro estatuto elaborado por um de seus fundadores, provavelmente entre 1996 e 1997. Em 2011, porém, no 18º aniversário do Comando, foi elaborado um segundo estatuto com alterações substantivas que não serão analisadas neste texto – com exceção do seu 18º artigo, diretamente relacionado aos fatores que permitem compreender a “crise de 2012”.*
13. *Ver nota 12.*
14. *Essa concepção de “covardia” exclui os casos de mortos por policiais militares durante confrontos com tiro, ainda que haja a possibilidade de uso da força excessiva pelos agentes do Estado.*

## Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, Renato S. et al. (Org.). *Crime, Política e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 187-197.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, v.21, n.61, p. 7-29, 2007.
- B.O. desmente versão de Alckmin sobre mortes em Várzea Paulista, *Rede Brasil Atual*, 17 set. 2012. Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2012/09/b.o.-desmente-versao-de-alckmin-sobre-mortes-em-varzea-paulista>>.
- CARAMANTE, A. Carta de chefe de facção cita mortes de policiais. *Folha de S. Paulo*, 23 jun. 2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/50509-carta-de-chefe-de-facao-cita-mortes-de-policiais.shtml>>.
- CARAMANTE, A. 'Letalidade da PM de SP é inaceitável', diz cientista social. *R7*, 22 set. 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/letalidade-da-pm-de-sp-e-inaceitavel-diz-cientista-social-22092014>>.
- CAVALCANTI, T.; JOZINO, J.; PAGNAN, R.; BENITES, A.; CARAMANTE, A. 'Quem não reagiu está vivo', diz Alckmin sobre ação da Rota. *Folha de S. Paulo*, 13 set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/66027-quem-nao-reagiu-esta-vivo-diz-alckmin-sobre-acao-da-rota.shtml>>.
- CHEVIGNY, Paul. *Edge of the Knife: Police violence in the Americas*. New York: New Press, 1995.
- DIAS, Camila C. N. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- \_\_\_\_\_. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 128-44, 2009.
- \_\_\_\_\_. Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 83-105, 2009a.
- EM gravações, criminosos ordenam execução de policiais militares em SP. *G1 São Paulo*, 14 out. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/10/em-gravacoes-criminosos-ordenam-execucao-de-policiais-militares-em-sp.html>>.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. (2012), "Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 232-255.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, ano 7, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, ano 8, 2014.
- GODOY, M.; CARDOSO, W. Líder do PCC tem nome de policiais da Rota. *O Estado de S. Paulo*, 25 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,lider-do-pcc-tem-nome-de-policiais-da-rota,891497,0.htm>>.
- IMAGEM e telefonema foram determinantes para prisão de PM da Rota. *Folha de S. Paulo*, 30 maio 2012. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/1097795-imagem-e-telefonema-foram-determinantes-para-prisao-de-pms-da-rota.html>>.
- JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- JOZINO, Josmar. *Xeque-Mate: O Tribunal do Crime e os Letais Boinas Pretas*. São Paulo: Letras do Brasil, 2012.

LEMOS-NELSON, Ana Tereza. Grupos de extermínio e accountability ao nível municipal. *Cadernos CRH*, v. 19, n. 47, p. 233-245, 2006.

LUHMANN, Niklas. *Political Theory in the Welfare State*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1990.

MEDO faz PMs andarem em comboio. *R7*, 11 out. 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/medo-faz-pms-andarem-em-comboio-20121011.html>>.

NANI, V.; AMARO, V.C. Rota tem novo comando e uma árdua missão. *Secretaria da Segurança Pública*, 25 maio 2009. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=2320>>.

POSSAS, Mariana; ROCHA, Thiago. "A onça comeu o suspeito": reflexões sobre o *rule of law* no Acre entre os anos 1980 e 2000. São Paulo, *Lua Nova*, 91, p. 229-268, 2014.

CAROS AMIGOS. *Edição Extra PCC*. Maio 2006.

QUADROS, Vasconcelo. Grampo vira função da PM em São Paulo. *Conversa Afiada*, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/11/ig-bomba-mp-de-sp-tem-central-de-grampos/>>.

SABOYA, E. Ataques a policiais militares trazem medo de terror vivido em 2006. *R7*, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/ataques-a-policiais-militares-tra-zem-medo-de-terror-vivido-em-2006-20120622.html?question=0>>.

SALVADORI, F.; CARDOSO, W. Ferreira Pinto: 'O Estado não pode abrir mão da sua autoridade'. *Pública*, 22 maio 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/05/ferreira-pinto-o-estado-nao-pode-abrir-mao-de-sua-autoridade/>>.

SOUZA, Fátima. *PCC: a facção*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

SOUZA, Percival de. *O sindicato do crime: PCC e outros grupos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

TOMAZ, Kleber. Grella defende conciliar respeito aos direitos humanos e combate ao crime. *G1 São Paulo*, 22 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/11/grella-tome-posse-como-secretario-de-seguranca-publica-de-sp.html>>.

VANNUCHI, Camilo; AZEVEDO, Solange. Fogo contra fogo. *Época São Paulo*, ago. 2012.

# A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso

Camila Dias, Maria Gorete Marques, Ariadne Natal, Mariana Possas e Caren Ruotti

## Resumen

**La práctica de ejecuciones en la región metropolitana de Sao Paulo en la crisis de 2012: un estudio de caso**

*En 2012, el Estado de Sao Paulo fue escenario de un aumento significativo de asesinatos, retransmitidos semanalmente por los grandes medios de comunicación, no siempre con gran resalte. Entre las víctimas había muchos policías, que fueron muertos en situaciones de “fuera de servicio”. Concomitantemente, en algunas regiones de la periferia de la Gran Sao Paulo, se determinaron toques de queda. El objetivo de este trabajo es construir una narrativa de esos hechos, reuniendo, en una trama única y articulada, las muertes retransmitidas por los medios de comunicación de manera desarticulada o sugestivamente aleatoria, las cuales son la parte más visible del periodo que estamos mencionando de “crisis de 2012”. Realizamos un mapeo de las ejecuciones de policías y civiles perpetradas en el periodo de mayo a diciembre de 2012. Dada la ausencia de datos oficiales detallados, optamos por realizar la recolección de informaciones a partir de las noticias que se divulgaron en los medios respecto de los delitos de homicidio durante el segundo semestre de 2012, con especial atención a la región metropolitana de Sao Paulo.*

**Palabras clave:** Grupos de exterminio. Seguridad pública. Violencia policial. Medios de comunicación.

## Abstract

**Executions carried out in Greater São Paulo during the 2012 crisis: a case study**

*In 2012, the State of São Paulo was the scenario for a marked rise in murders, which hit the main media outlets every week—although not always making headline news. Many of those killed were “off duty” police officers. Meanwhile, curfews were imposed in several neighborhoods of the crime-ridden outskirts of Greater São Paulo. The present study aims to construct a narrative out of these events, weaving—in an unconnected and suggestively random way—these deaths, which were covered in the media, into a coherent and articulate plot: the deaths are the most visible element of a period that we are calling the “crisis of 2012”. We have mapped out all the executions of law enforcement agents and members of the public for the period from May to December 2012. In the absence of detailed official data, we have chosen to gather our information from the news coverage of murders during the second half of 2012, but focusing on Greater São Paulo.*

**Keywords:** Death squads (“Grupos de extermínio”). Public safety. Police violence. Media.

**Data de recebimento:** 22/04/2015

**Data de aprovação:** 27/08/2015